

# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: AS CONTRASTANTES REALIDADES DAS ZONAS LESTE E OESTE DE BOA VISTA/RR

**Caroline Ferreira Medeiros**

*Mestranda de Geografia  
Universidade Federal de Roraima  
caroline.f.medeiros@hotmail.com*

**Antônio Tolrino de Rezende Veras**

*Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima  
antonio.veras@ufr.com*

Vista de uma Casa de alvenaria no bairro São Bento, zona oeste de Boa Vista/RR. Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2018).

## RESUMO

A segregação socioespacial existe desde a antiguidade, marcando a civilização mundial e perpetuando o status quo daqueles que possuem uma posição social privilegiada. Em muitas localidades, a construção do espaço urbano tem acontecido de forma a incentivar essa segregação, planejando cidades que mantem essas duas parcelas da população afastadas, e fornecendo infraestrutura e serviços em níveis diferentes, de acordo com os interesses dos agentes do espaço. Em Boa Vista, capital do estado brasileiro de Roraima, a segregação social pode ser observada no contraste de realidades entre a zona leste – onde se concentra a classe média e alta – e a zona oeste – marcada por assentamentos ilegais e programas de habitação social. Dessa forma, o artigo tem como objetivo principal comparar a realidade social vivida na zona leste e na zona oeste da capital de Roraima, identificando as diferentes formas de segregação social e entendendo o papel do planejamento urbano nesse processo. A metodologia adotada para a pesquisa se baseou no levantamento bibliográfico, buscando fundamento teórico sobre os termos utilizados, e na comparação entre a paisagem local e os indicadores sociais das duas áreas, através de observações em campo e pesquisa documental.

**Palavras - chave:** Amazônia Setentrional. Diferenças Sociais. Planejamento Urbano.

## ABSTRACT

Socio-spatial segregation has existed since antiquity, marking world civilization and perpetuating the status quo of those who possess a privileged social position. In many localities, the construction of urban space has occurred in order to encourage this segregation, planning cities that keep these two portions of the population away, and providing infrastructure and services at different levels, according to the interests of the agents of the space. In Boa Vista, capital of the Brazilian state of Roraima, social segregation can be observed in the contrast of realities between the east side – where the middle and upper classes are concentrated – and the west side – marked by illegal settlements and social housing programs. Therefore, the main objective of the article is compare the social reality lived on the east and the west of the capital of Roraima, identifying the different forms of socio-spatial segregation and understanding the role of urban planning in this process. The methodology adopted for the research was based on literature review, seeking theoretical basis for the terms used, and the comparison between local landscape and social indicators of the two areas, through field observations and documentary research.

**Key-words:** Northern Amazonia. Social Differences. Urban Planning.

## INTRODUÇÃO

### AS DIVERSAS FACES DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A sociedade atual se constrói sobre uma vasta variedade de agentes complexos, cada um deles produzindo, alterando e construindo o espaço em que habita. Esses agentes se manifestam de diversas formas, seja individualmente ou coletivamente, e mantem a constante transformação da paisagem. A partir do momento em que o espaço é territorializado ele passa a refletir as relações sociais que o marcam, organizando a paisagem de forma que essas relações sejam incentivadas ou desestimuladas.

Pode-se perceber claramente que existem cada vez mais separações nos centros urbanos, divisões que aparecem em diferentes escalas, representando não só uma separação espacial por comodidade administrativa, mas um ordenamento social, guiado pelo desequilíbrio de renda, educação, ocupação e outros. Assim, denomina-se segregação essa tendência humana de criar subdivisões, baseadas em algumas características próprias de certas parcelas da população, e separa-las espacialmente.

A segregação socioespacial possui diferenças representações de acordo com a realidade do país em questão, se apresentando de forma mais ligada a questões étnicas e raciais nos países desenvolvidos, enquanto se mostra com uma abordagem muito mais social e econômica nas demais localidades. Entretanto, o processo de globalização tem homogeneizado muitas características espaciais, fazendo com que essas diferenças desapareçam, aproximando cada vez mais as causas e consequências desse problema com o passar dos anos (LUNGO; BAIRES, 2001).

É importante apontar que a segregação

urbana não é um fenômeno novo na humanidade, uma vez que os mais antigos centros urbanos – gregos, romanos, chineses – já possuíam divisões sociais, firmadas nas diferenças econômicas e políticas. Marcuse (2004) divide a segregação social em três tipos, que se repetem historicamente: a divisão cultural – expressa a diferença de etnias, dialetos, religiões dentro de uma sociedade; a divisão funcional – subdivide o espaço de acordo com sua atividade específica, criando áreas rurais, residenciais, comerciais e industriais; e a divisão por diferença no status hierárquico – proclama as diferentes relações de poder dentro do espaço, criando áreas beneficiadas e áreas desfavorecidas.

Negri (2008) aponta que a partir da Revolução Industrial a segregação por classe social ou etnia começa a aparecer com maior destaque na sociedade urbana. Quando se iniciaram os estudos urbanos, especialmente durante o século XIX, se percebeu a tendência das cidades se organizarem em anéis, com a classe alta locada no centro e os mais pobres ficando nas periferias. O autor comenta então a mudança que ocorre na década de 1920, quando esse modelo urbano se inverte e a população economicamente privilegiada passa a buscar nas periferias uma qualidade de vida melhor, longe da agitação e dos problemas sociais dos grandes centros urbanos, enquanto os trabalhadores se deslocam para perto do centro, buscando comodidade na aproximação de suas residências com o local de trabalho.

Na América Latina, a segregação socioespacial tem sido formada especialmente pela limitação da oferta de terrenos em áreas urbanas nos grandes centros, pelo crescimento – muitas vezes caótico e instantâneo – da população urbana, pelas leis de restrição ao uso de terras por questões ambientais e pela própria lógica de uso e estruturação do espaço urbano que tem se disseminado através da globalização (LUNGO; BAIRES, 2001). Assim, em alguns casos observa-se a elite suburbana se

retirando dos centros e se estabelecendo em periferias ricas, enquanto outros casos mostram uma expulsão da população carente dos centros, forçando-os a se distanciar da infraestrutura urbana e dos serviços básicos.

Fica claro então que existem intervenções urbanas específicas que acabam priorizando certa parte da população e incentivando a segregação, trazendo consequências para a realidade urbana local. Lungo e Baires (2001) apontam que grandes projetos de renovação urbana – especialmente ligados a resgate dos centros históricos – tem gerado um forte processo de gentrificação, substituindo os moradores carentes dos centros pela elite e por turistas, incorporando hotéis, restaurantes e lojas que atendem somente a essa parcela da população. Os autores mostram também que a construção de condomínios de luxo fechados, geralmente ligados a projetos de crescimento da malha viária e de infraestrutura, separam ainda mais a população, criando zonas com normas específicas que impedem determinadas pessoas de se estabelecerem no local.

Observa-se então que na segregação socioespacial o controle acaba nas mãos da classe alta, que modela o espaço de acordo com seus interesses pessoais, valorizando as áreas que consideram interessantes e, muitas vezes deliberadamente, criando a segregação. Assim, segundo Negri (2008), a segregação se apresenta de duas formas diferentes, como ‘voluntária’ – quando o morador opta por se descolar para certo ponto – e ‘involuntária’ – quando não há opção real a não ser se estabelecer em um determinado local. Villaça (2000) questiona a existência de dois modelos, afirmando que a segregação voluntária gera, conseqüentemente, a segregação involuntária, sendo cada uma um reflexo da outra.

Além disso, a segregação socioespacial tem uma influência direta no bem estar e na qualidade de vida da população. As oportunidades que se apresentam aos moradores de bairros periféricos são desiguais quando comparadas as conveniências que alguém

mais privilegiado possui, e isso se torna (de certa forma) um agravante, impedindo-o de melhorar seu status social e/ou econômico (NEGRI, 2008). Educação, saúde, cultura e outros serviços são distribuídos de maneira desigual dentro dos centros urbanos, onde os investimentos públicos e privados se focam nos bairros ricos, enquanto a realidade das periferias continua precária.

Diversos autores dialogam a respeito de como a urbanização brasileira pode ser considerada responsável pelo constante aparecimento de áreas ilegais, uma vez que ela incentivou a segregação das cidades, criando áreas formais que concentram infraestrutura e investimentos – públicos ou privados – e áreas informais, crescendo na ilegalidade e lidando com a falta de acesso aos serviços básicos. Tal ideia é apresentada por Maricato (1999) que considera a ilegalidade no Brasil como “resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui”, onde o planejamento urbano brasileiro apresenta um histórico de embelezamento de suas cidades – que pode ser observado desde a vinda da família real portuguesa até os dias de hoje – em detrimento de um planejamento igualitário e consciente. Dessa forma, é possível perceber que o mesmo governo que hoje tem procurado implantar diferentes políticas de regularização e urbanização para resolver a questão da ilegalidade, acaba sendo responsável pela segregação socioespacial que originou o aparecimento dessas diferentes áreas – favelas, cortiços, assentamentos ilegais.

O Brasil é marcado pela produção/reprodução de um espaço urbano que é construído sobre diferenças sociais e econômicas, dividindo a população em classes e criando pequenas comunidades em vizinhanças que compartilham características gerais, decompondo o espaço urbano em diferentes territorialidades que se antagonizam. Embora esse processo de segregação seja mais claramente observado nas metrópoles e grandes centros urbanos brasileiros, é inegável que esse fe-

nômeno se repete em menor escala, afligindo especialmente as cidades médias do país, exatamente por replicarem um único modo de planejamento que incentiva essa problemática.

Rocha (2011) aponta que no momento que o preço do solo urbano se torna inviável para uma parcela da população a segregação aparece em sua forma mais explícita, retirando o 'direito à cidade' que esses moradores possuem. Isso fica claro quando comparamos o percentual de pessoas que vivem em áreas urbanas e o crescimento constante do número de assentamentos irregulares, provando que embora as cidades brasileiras recebam cada vez mais novos habitantes, elas não se preparam para inserir essas pessoas de forma eficiente em sua malha urbana.

Os conflitos entre classes na produção do espaço e nas relações de trabalho gera uma distanciação física entre os dois lados, motivada principalmente pela segregação 'voluntária' citada anteriormente. A segregação voluntária ou ainda a auto segregação se refere a 'nova' tendência da classe alta e, em alguns casos, também da classe média de se isolar propositalmente, criando alterações na malha urbano e delimitando a força seu território, e esse fenômeno é vista com mais clareza nos condomínios horizontais fechados que se multiplicam nos grandes centros urbanos brasileiros a partir da década de 1980.

Medeiros, Valadão e Ferreira (2008) relatam que esse processo nasce como uma tentativa de isolamento da população privilegiada em busca de uma segurança – através de grades, muros, alarmes e profissionais armados – que já não podia ser alcançada enquanto estivessem inseridos na realidade caótica da cidade moderna. Entretanto, logo a simples segurança não era o suficiente, pois os moradores passaram a almejar uma vida de privilégios, desfrutando de infraestrutura e equipamentos de alta qualidade, convivendo em um ambiente idealizado. Os autores afirmam então que as expectativas dos mora-

dores de um condomínio fechado criam uma realidade simbólica, em alguns momentos até mesmo alienada, completamente diferente da 'realidade real' vivida pelo outros moradores da cidade.

Como asseguram Berger e Luckmann (2001), a conduta humana é de certa maneira controlada pelas instituições que formam a sociedade, estabelecendo padrões de comportamento que variam de acordo com a classe na qual a pessoa se encaixa. Assim, ao se isolar em condomínios fechados esses moradores transformam seu convívio em uma realidade fictícia, um mundo onde o mesmo estilo comportamental pode ser esperado de todos, criando expectativas que devem ser atingidas para que alguém possa se sentir verdadeiramente incluído na comunidade.

A 'dominação total' de um espaço, reproduzindo uma sociedade que reflita os ideais buscados por essa parcela da população, ratifica a necessidade humana de controle do espaço, mostrando uma territorialidade embasada no poder social e nos privilégios que tal poder proporciona. Assim, a organização espacial que se forma nos condomínios de luxo tem a intenção de estabelecer um sistema de modos, conceitos, prioridades e ideias que devem ser compartilhados por todos seus moradores, independente do aspecto ilusório que cerca a realidade em que habitam, criando uma imagem projetada de quem são e de como devem ser vistos pelos de fora.

Dessa forma, os espaços coletivos que anteriormente eram utilizados para integração social e apropriação do espaço por diferentes representantes da cidade são substituídos por espaços coletivos restritos a moradores do condomínio, restringindo a troca de informações e a criação de relações entre pessoas de dentro e fora, perpetuando a forma de pensar/agir que se molda dentro dos muros. Além disso, o desenvolvimento da tecnologia e as novas formas de entretenimento móveis estão contribuindo para uma sociedade que não interage entre si, tornando comuns reu-

niões de conhecidos onde o protagonista é a tecnologia, seja ela um celular, uma televisão ou um aparelho qualquer.

Assim, ao mesmo tempo em que o medo da violência urbana acaba por atrair esses moradores para áreas mais seguras ele também restringe o seu contato com a realidade social urbana, impedindo uma relação maior que poderia ser benéfica para ambas as partes e podando a individualidade da classe alta, que busca casa vez mais se adaptar a padrões estéticos e comportamentais globais, ignorando suas raízes étnicas e históricas (MEDEIROS; VALADÃO; FERREIRA, 2008). Vivendo em um mundo cada vez mais homogêneo, esses moradores se conformam em replicar um comportamento considerado desejável, onde se deve ter os mesmos tipos de roupa, o mesmo modelo arquitetônico, as mesmas influências de design, praticar os mesmos esportes e se deixar moldar pelos mesmos princípios capitalistas.

É importante afirmar que essa configuração de condomínios fechados, embora esteja se tornando cada vez mais comum, não se apresenta como a única forma de auto segregação. Em diversas cidades podem ser observados bairros específicos que mantem as mesmas características gerais dos enclaves de luxo, onde existe um claro padrão construtivo e comportamental, ainda que o mesmo não seja especificado em normas de conduta. Assim, embora não exista a delimitação clara de uma área de acesso restrito, como no caso dos condomínios, é possível observar que a própria pressão social, ligada a especulação imobiliária, já funciona como uma reguladora para tudo que é construído e para todos que se estabelecem em tais áreas.

Em contra partida, os bairros que são considerados 'carentes' possuem configurações muito diferentes de um lugar ao outro, indicando sua falta de regulamentação – estabelecida por normas ou não – e as fortes raízes regionalistas. Esses bairros tendem a atender diversos tipos de moradores que pre-

ferem expor suas peculiaridades culturais a se mesclar em um único estilo construtivo coletivo, a não ser, obviamente, nas áreas destinadas a habitação de interesse social, onde todas as habitações são construídas de forma igual. Entretanto, seu maior problema está no distanciamento entre suas habitações e os serviços públicos, uma vez que são levados cada vez mais aos limites da malha urbana.

Rosa Filho et al. (2014) aponta que ao se concentrar a população mais carente, assim como os projetos de habitação de interesse social, nas periferias das cidades, o poder público permanece reproduzindo a segregação socioespacial ou invés de amenizá-la. Souza (2003) ainda afirma:



*A segregação residencial é um resultante de vários fatores, os quais, em si, são altamente problemáticos: da pobreza (...) ao papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infraestrutura e no favorecimento dos moradores de elite (SOUZA, 2003, p. 83).*



Dessa forma, vemos duas realidades contrastantes marcando o mesmo perímetro urbano e se distanciando progressivamente. Enquanto a população mais privilegiada aproveita os benefícios de uma posição espacial estratégica e de acesso aos serviços e a infraestrutura, a população mais carente se depara com desafios maiores, com pouca mobilidade e um distanciamento dos centros urbanos, além de problemas sociais causados pela falta de policiamento.

Assim, o objetivo desse artigo é comparar as realidades da zona leste e oeste, compreendendo as diferentes relações que as moldam e a paisagem que se forma. Para alcançar esse fim, a metodologia do artigo se baseia em uma revisão de literatura, abordando temas centrais na questão da segregação socioespacial e observando como o desenvolvimento da cidade de Boa Vista colaborou para a existência de tais disparidades, segui-

do por uma comparação geral das duas zonas fundamentada em observações em campo realizadas em alguns bairros e no levantamento de índices sociais obtidos por órgãos públicos.

## DISCUSSÃO

### O PAPEL DA HISTÓRIA DE BOA VISTA NA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Situada na região da Amazônia Setentrional brasileira, o estado de Roraima conta com uma população estimada de 522.600 habitantes, ocupando uma área de 224.300,506 km<sup>2</sup>, sendo assim simultaneamente o décimo quarto maior estado brasileiro em tamanho e o menor estado em questão de habitantes. Dentro dos 15 municípios que compõem o estado mais setentrional do Brasil, a capital Boa Vista se destaca com uma estimativa de 332.020 habitantes, ou seja, aproximadamente 65% da população total do estado. As diferentes oportunidades de emprego, assistência médica, lazer, opções de educação e infraestrutura tem atraído migrantes – nacionais e internacionais – para a capital, que teve um crescimento populacional de 16% no período de 2010/2017.

Dessa forma, a cidade de Boa Vista se apresenta como o centro econômico e executivo de Roraima, contendo a maior população e índice de crescimento do estado. A cidade de clima equatorial é marcada pela sua expansão urbana recente e, atualmente, sofre as consequências de um projeto urbanístico que negligenciou o crescimento urbano, privilegiando áreas delimitadas, especialmente no centro e na área leste da capital.

No início de sua urbanização, a cidade de Boa Vista/RR contava com um traçado simples, contendo um número limitado de ruas que se cruzavam e convergiam para o centro. Entretanto, faltava para o município uma estruturação administrativa consolidada, que

centralizasse o poder do governo, e uma forma que incentivasse o desenvolvimento da cidade, uma vez que a ocupação do território Norte tornou-se interessante na visão política. Assim, em 1944, o governador Êne Garcez dos Reis inicia uma seleção de propostas de plano urbanístico para Boa Vista (SOUZA, 2015).

O urbanismo atual de Boa Vista é diretamente baseado no projeto do engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, realizado em 1944, que previa um formato radial concêntrico, criando um ponto central e avenidas principais que irradiavam dele. Veras (2010, apud STAEVIE, 2011) discute como o plano urbanístico foi ineficiente, não prevendo o grande aumento populacional da capital e criando uma divisão do espaço urbano. Sobre o assunto, o autor enfatiza que:

*O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados (VERAS, 2010, p.14).*

As maiores oportunidades de emprego, assistência médica, lazer, educação e infraestrutura, fazem de Boa Vista/RR um ponto de interesse para os migrantes, atraindo pessoas de municípios próximos e de outros estados brasileiros, e, conseqüentemente, gerando um crescimento populacional constante, que tem sido potencializado com o aumento da imigração venezuelana no estado, causado pela crise econômica vivida no país vizinho.

O aumento desordenado no número de moradores tem representado um problema social, pois parte dessa população não consegue ser inserida no mercado de trabalho local, afetando diretamente o crescimento físico da cidade, uma vez que essa população se dire-

ciona a vazios urbanos, que muitas vezes são representados por áreas de preservação ou locais ambientalmente degradados, com o intuito de construir uma moradia temporária ou permanente (NISTAL, 2014).

O mapa atual de Boa Vista mostra que com a população de maior acesso a renda fixada na área planejada da cidade (centro) e expandindo a forma de Boa Vista para o leste, a parcela mais carente da população e os migrantes que buscavam oportunidades ocuparam a zona oeste, que foi se desenvolvendo constantemente durante os anos e que hoje consiste na maior área do município. As duas áreas em questão – leste e oeste – se ampliaram de formas diferentes, recebendo incentivos distintos e criando imagens próprias.

A população carente que necessita de moradias e não possui a renda necessária para obtê-las busca soluções nos programas de habitação de interesse social federais – como, por exemplo, o Minha Casa Minha Vida – que os desloca para áreas muito afastadas da cidade, expandindo progressivamente as fronteiras a oeste. Os moradores que não conseguem ser contemplados por tais programas optam então por se agrupar em assentamentos irregulares, que se tornam cada vez mais comuns na zona oeste da cidade (NISTAL, 2014). A falta de uma infraestrutura apropriada, equipamentos urbanos e regulamentação fundiária nesses locais acarretam no aparecimento de diversos problemas sociais, refletindo a realidade vivida por aquela população.

Assim, Boa Vista passa por diversos problemas sociais, econômicos, habitacionais e ambientais, que refletem o despreparo da cidade frente ao grande aumento populacional e as dificuldades da mesma para absorver essa população, muitas vezes desqualificada, no mercado de trabalho local (ROSA FILHO et al., 2014). Essa situação moldou a configuração atual da cidade, levando seu tecido urbano a crescer de forma não planejada, se dividindo em zonas muito diferentes entre si, cada uma refletindo “as condições sociais, econômicas

e culturais de seus moradores” (VERAS et al., s.d.).

A capital roraimense se divide então nas zonas norte, sul, centro, leste e oeste, cada uma com um tamanho espacial, número de bairros e população bem única. A área do centro possui um único bairro, aproximadamente 4.858 pessoas e é a zona menos populosa da cidade; a leste aparece em segundo lugar com uma população de 5,693 habitantes divididos em cinco bairros, sendo assim a zona menos habitada; a zona sul também possui cinco bairros, mas conta com uma população de 12,434 pessoas; a zona norte conta com 22,922 habitantes e seis bairros; por fim, a zona oeste é a maior em tamanho e em número populacional, tendo 38 bairros e 200,537 habitantes, contendo aproximadamente 75% da população urbana da capital (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009).

O crescimento desordenado da zona oeste tem como principal causa a corrida do ouro, entre 1987 e 1990, que atraiu um grande número de migrantes que se estabeleceram na região. Políticas assistencialistas também são consideradas como determinantes, pois diversos bairros dessa zona surgem a partir de patrocínio do Estado, que doou terrenos a famílias carentes em busca de votos. A falta de políticas eficientes que atendam as necessidades de população rural também contribui para o crescimento da migração, com uma parcela considerável dos moradores da zona oeste vindo do interior do Estado, graças ao êxodo rural (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009).

Segundo Silva, Almeida e Rocha (2009, p. 48), o crescimento da zona oeste pode ser considerado como resultado de uma dinâmica de desenvolvimento induzida, que busca favorecer a especulação imobiliária da zona leste da cidade, criando “uma área habitada por pessoas de alto e médio poder aquisitivo, havendo, conseqüentemente, uma separação espontânea ou induzida”.

Percebe-se então que Boa Vista se assemelha as outras capitais brasileiras ao ter

uma segregação social impulsionada pela ação pública, através de políticas governamentais que focam no distanciamento social e não na inclusão. Sobre o assunto, Veras et al. (2007) aponta:

*“[...] a zona leste da cidade, que apresenta uma performance em seu traçado urbano com a presença de uma rede de sistemas de engenharia - vias, redes de água, esgoto, pavimentação, energia, etc -, bem como, de possibilidades de transporte de produtos de um ponto a outro, de deslocamento de pessoas e de comunicação. Diferentemente do setor oeste da cidade, que concentra o maior número da população e, que em sua maioria, carecem desses mesmos sistemas de engenharia”.*

Fica claro que há uma grande diferenciação entre as áreas em questão, com uma limitação de acesso à infraestrutura marcando a zona oeste e uma estrutura geral muito mais elaborada atendendo a zona leste, reforçando o pensamento de que a minoria recebe o atendimento principal, enquanto a maioria se vê limitada a poucos equipamentos urbanos e serviços públicos escassos.

## COMPARAÇÃO ENTRE ZONA LESTE E OESTE

Entre as cinco zonas que dividem Boa Vista, é possível apontar características gerais e especificidades de cada uma, entretanto o artigo em questão foca nas zonas oeste e leste. Essas zonas foram escolhidas por representar bem a realidade boa-vistense de segregação socioespacial, estando em pontos extremos da cidade e possuindo atributos completamente diferentes, refletindo em sua paisagem e em sua infraestrutura pública as classes sociais que as habitam e o interesse dos agentes da produção do espaço.

A zona oeste da capital é caracterizada como a maior e mais populosa zona, concentrando a população com menor renda mensal.

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a renda média da zona oeste está abaixo de R\$ 500,00 mensais, sendo que em bairros como o Raiar do Sol esse valor chega a R\$ 367,00. Esses números afirmam a realidade da situação social dos moradores da zona oeste, colocando-a como a zona com a menor renda média de Boa Vista.

Além disso, os projetos de habitação de interesse social propostos pelo governo estão, em sua totalidade, localizados nessa área, o que impede o contato entre classes e a interação urbana entre esses moradores. Também é importante ressaltar que a grande distância física entre a zona oeste e o centro – distância que parece pequena quando comparada a outras cidades, mas que para os moradores da capital roraimense é considerada grande – se alia a falta de transporte coletivo confiável na segregação dessa população, que enfrenta problemas de acesso e deslocamento.

Rosa Filho et al. (2014) aponta a responsabilidade do poder público, que não atende a necessidade de todos os moradores de forma igualitária, ao examinar a situação do bairro Cruviana, na zona oeste da capital. A pesquisa mostra que há um grande problema de infraestrutura no bairro, com uma falta generalizada de drenagem e esgoto, assim como a ausência de unidades de saúde ou postos de atendimento, o que obriga os moradores a se deslocarem para bairros mais distantes em busca de serviço médico. A violência e a alta taxa de criminalidade também atinge o bairro, de forma que o Cruviana acaba seguindo o padrão das periferias e favelas brasileiras onde o poder público vê esses graves problemas urbanos como uma normalidade, negligenciando a situação atual.

Essas características foram observadas em outros bairros dessa área, destacando o bairro São Bento, marcado pela ilegalidade. Localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista/RR, próximo ao bairro Centenário, o bairro São Bento nasceu de um assentamento irre-

gular que ganhou forças até ser oficializado como bairro, recebendo infraestrutura básica, mas ainda contando com diversos problemas sociais referentes à má-qualidade de certos serviços e de sua origem na ilegalidade.

Observando o Cruviana e o São Bento, pode se observar que ambos apresentam uma infraestrutura ruim, com áreas sem iluminação pública, asfaltamento incompleto e uma má qualidade geral de manutenção de equipamentos urbanos. A praça localizada no São Bento se torna inutilizável pela falta de policiamento e pela aproximação com focos de contaminação, além de equipamentos quebrados que se tornam um perigo para a sociedade. No Cruviana, a falta de arborização e de um planejamento melhor da malha urbana faz com que o calor se torne muito forte, impedindo o deslocamento em algumas horas do dia.

Quanto às características físicas das casas, a zona oeste conta com habitações mais simples, em sua maioria, com acabamentos não finalizados e de menor custo, com tamanhos menores e muros mais baixos. É claro que cada bairro, e cada casa, possui características próprias que o distingue dos demais, mas no geral a forma das residências tende a ser bem mais modesta do que a vista nas demais zonas, como pode ser observado na Figura 1.



**Figura 1.** Casa de alvenaria no bairro São Bento, zona oeste. **Fonte:** Arquivo pessoal dos autores (2018).

Rosa Filho et al. (2014, p. 8) ainda conclui que o Cruviana representa a situação atual da política brasileira, uma vez que o bairro foi propositalmente afastado da área central da cidade ainda no projeto de implantação, reforçando a auto-segregação da zona leste e contribuindo “para o crescimento da exclusão social e manutenção da hierarquia entre as classes e para a especulação imobiliária”.

Enquanto isso, a zona leste da cidade possui características bem diferentes, com uma população bem menor e contando com a menor taxa de analfabetismo da capital. A zona leste tem uma renda média de R\$ 2.418,00 mensais, mais de seis vezes o valor médio da zona oeste e o maior valor em comparação a todas as outras zonas. Além disso, a zona leste permanece em constante crescimento, com novos loteamentos e investimentos públicos e privados que agregam valor a região.

Assim como observado anteriormente, a zona leste não é marcada pela presença de condomínios de luxo fechados, nos modelos que podem ser encontrados nas grandes cidades, mas a auto-segregação socioespacial existe e é mantida a partir dos padrões de construção e conduta que nascem da pressão social e da vontade coletiva de se manter certo status social. O alto padrão das construções, que pode ser visto nas Figuras 2 e 3, se alia com os investimentos públicos na infraestrutura – que ainda é insuficiente, mas que possui uma qualidade obviamente superior quando comparada a outras zonas da capital – incentivando a especulação imobiliária, o que gera uma área de alto valor, impossibilitando parte da população de adquirir terrenos no local.



**Figura 02 e 03.** Figura 2 e 3 – Casas de alvenaria no bairro Caçari, zona leste.

**Fonte:** Arquivo pessoal dos autores (2018).

Na questão de infraestrutura, ainda há muito que necessita ser melhorado na zona leste, como a drenagem e o asfaltamento de algumas áreas, mas a qualidade das áreas já asfaltadas e a presença de iluminação pública de boa qualidade demonstram os investimentos que tem ocorrido na região. Além disso, o número de estabelecimentos comerciais voltados para essa parcela da população – desde clínicas de estética a restaurantes finos – tem aumentando constantemente, transformando a paisagem a contribuindo ainda mais para a especulação.

Por fim, o quesito de segurança nesses bairros se assemelha aos ideais dos condomínios fechados, com casas muradas que se parecem com grandes fortalezas, utilização de arames farpados, cercas elétricas, câmeras e, em alguns casos, a combinação de todos esses artifícios, como pode ser notado na Figura 4.



**Figura 4.** Itens de segurança privada em residência da zona leste. **Fonte:** Arquivo pessoal (2018).

Assim, pode ser visto que mesmo que a auto segregação de Boa Vista ocorra de forma diferente àquela dos grandes centros urbanos, suas principais características não estão só presentes, como são incentivadas por um planejamento urbano que privilegia áreas determinadas em detrimento de outros moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação social é uma realidade nas grandes cidades do Brasil, e esse comportamento se reproduz nas cidades médias da Amazônia Setentrional brasileira. Ao investir em um planejamento urbano que foca mais no embelezamento da cidade do que na solução de seus problemas urbanos, Boa Vista está fadada a repetir os mesmos erros das metrópoles brasileiras, separando a população e impedindo, conseqüentemente, que haja trocas de informações e experiências entre esses dois blocos.

As diferentes zonas de Boa Vista demonstram as disparidades causadas pela segregação socioespacial, em uma realidade onde nem todos tem acesso a mesma qualidade de infraestrutura e serviços. A zona leste tem se destacado por ser uma região que concentra a maior parte da classe média e alta, recebendo também uma estrutura boa, embora não a mais adequada. Já a zona oeste

sofre com o isolamento urbano, e isso reflete na qualidade de vida de seus moradores, que gastam tempo e dinheiro se deslocando pela capital em busca de atendimentos e serviços.

Além disso, já é possível observarmos que os problemas sociais de Boa Vista tem se amplificado com a grande entrada de imigrantes provindos da Venezuela, moradores que fogem dos problemas políticos e sociais enfrentados no país vizinho, e essa situação tende a piorar com o passar do tempo. A falta de um planejamento urbano focado na população tem feito com que a capital roraimense sofra com problemas urbanos que podem ser resolvidos com investimentos na mobilidade urbana, acesso a serviços e cultura.

Por fim, espera-se que a gestão atual da capital do estado mais setentrional do Brasil possa compreender as necessidades de sua população – de todas as classes sociais – e focar seu planejamento em soluções permanentes, que se adequem a realidades dos locais atingidos. Boa Vista tem um grande potencial para desenvolver e se transformar em uma grande e igualitária cidade, mas seus políticos e seus cidadãos devem se unir, transformando a paisagem da cidade e produzindo seu espaço, fazendo Boa Vista ser tudo que ela tem capacidade de ser.

## REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUNGO, M.; BAIRES, S. **Socio-Spatial Segregation and Urban Land Regulation in Latin American Cities**. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; Guetos, não: A segregação e o estado. **Espaço e Debates**. São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARICATO, E. **Habitação e desenvolvimento**

**urbano: o desafio da próxima década**. 1999. Disponível em: <[http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato\\_habitacaodesafio-decada.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafio-decada.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JÚNIOR, V. M.; FERREIRA, A. P. Condomínios Horizontais Fechados: segregação do espaço social. **Revista Eletrônica de Administração – FACEF**. V. 11, ed. 12, jan./jun. 2008.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do nosso tempo**. V. 8, n. 8, p. 129-153, 2008.

NISTAL, L. C. **A dinâmica das ocupações de áreas de potencial exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, nocivos à saúde humana. Estudo de caso: Bairro São Bento, Boa Vista, Roraima**. 2014. 134 p. Dissertação de mestrado – Ciências na área de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, A. A. **A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras**. 2011. II Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Disponível em: <[http://www.uesb.br/eventos/simpósio\\_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf](http://www.uesb.br/eventos/simpósio_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf)>. Acesso em 12 dez. 2017.

ROSA FILHO, A.; PEREIRA, R. L.; SANTOS, M. F.; LUZ, F. B.; MARTINS, O. D. C. **O espaço da periferia no contexto da (re) produção do espaço urbano: um estudo sobre o conjunto cruviana em Boa Vista-RR**. 2014. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404689796\\_ARQUIVO\\_ArtigoCruviana\\_VIICBG\\_SUBMISSAO-FINAL.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404689796_ARQUIVO_ArtigoCruviana_VIICBG_SUBMISSAO-FINAL.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, P. R.F.; ALMEIDA, M. M.; ROCHA, R. A. A segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista – RR. **Revista Acta Geográfica**. Ano III, n. 6, p. 47-53, jul./dez. 2009.

SOUZA, F. M. **A forma urbana do centro de Boa Vista/RR a partir das influências do primeiro plano urbanístico.** 2015. 115 p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STAEVIE, P. M. Expansão urbana e exclusão social em boa vista – Roraima. **Oculum Ensaios.** Campinas, p. 68-87, 2011.

VERAS, A. T. R. et al. **Dinâmica de produção e organização das áreas livres - Praças da cidade de Boa Vista-RR.** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografia-espacial/03.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VERAS, A. T. R. et. al. Grupo e Trabalho: **Projetos e Ações - Projeto de Assentamento Urbano Conjunto Cidadão e suas Implicações Socioambientais para a Cidade de Boa Vista – Roraima.** Belém: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

VILLAÇA, F. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: FAPESP, 2000.